

Anverso e verso de “uma sociologia do desenvolvimento”: a vocação pública da sociologia como arma de combate. Recensão ao livro de Fernando Bessa Ribeiro (2017), *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.

Antônio Carlos Witkoski



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/9101>

DOI: 10.4000/configuracoes.9101

ISSN: 2182-7419

Editora

Centro de Investigação em Ciências Sociais

Edição impressa

Paginação: 183-200

ISSN: 1646-5075

Refêrencia eletrónica

Antônio Carlos Witkoski, « Anverso e verso de “uma sociologia do desenvolvimento”: a vocação pública da sociologia como arma de combate. Recensão ao livro de Fernando Bessa Ribeiro (2017), *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão, Húmus. », *Configurações* [Online], 25 | 2020, posto online no dia 23 junho 2020, consultado o 25 junho 2020. URL : <http://journals.openedition.org/configuracoes/9101> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/configuracoes.9101>

© CICS

Anverso e verso de “uma sociologia do desenvolvimento”: a vocação pública da sociologia como arma de combate¹

ANTÔNIO CARLOS WITKOSKI*

Departamento de Ciências Sociais (DCIS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

“A propriedade privada do globo terrestre por parte de indivíduos particulares vai parecer tão absurda como a propriedade privada de um homem por outro homem. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, e mesmo todas as sociedades de uma época tomadas em seu conjunto não são proprietárias da terra. Elas são apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e tem o dever de repassá-las melhorada, como boni patres familias, para as gerações futuras” (Marx, 1980, p. 887).

Uma sociologia do desenvolvimento, de Fernando Bessa Ribeiro, reflete, como propõe o título da obra, o tema do desenvolvimento. O artigo indefinido que compõe parte do título sugere imediatamente ao leitor haver outras possibilidades teóricas de se abordar o assunto como, aliás, ocorre em outros campos científicos correlatos – por exemplo, uma sociologia da sociologia.²

O termo desenvolvimento, como tratado no primeiro capítulo, foi e continua a ser um conceito historicamente polissêmico. Poderia ser, ainda que na compreensão de uma sociologia do desenvolvimento, um conceito unívoco? Não acredito!

*Investigador de pós-doutoramento do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho. E-mail: acwitkoski@uol.com.br

¹ Este texto serviu de base à apresentação pública de Uma Sociologia do Desenvolvimento, realizada em Braga, na Livraria Centésima Página, em 2018.

² Lembro-me aqui recorrendo ao pensamento analógico de dois textos de grande alcance teórico no campo da sociologia da sociologia: FERNANDES, Florestan (1980), *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo, Ática e IANNI, Octávio (1971), *Sociologia da sociologia da América-Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Não pôde e talvez jamais venha a sê-lo por uma única razão: o conceito envolve dialeticamente a própria reflexão do que venha a ser desenvolvimento bem como a efetividade do próprio desenvolvimento, o que importa adotar necessariamente um entendimento diacrônico e sincrônico das configurações históricas das relações dos homens entre si nas suas diferentes formas de produção/reprodução material/ simbólica da vida sobre a Terra, procurando revelar o mundo teórico do desenvolvimento e o desenvolvimento do mundo.

Na medida em que lemos *Uma sociologia do desenvolvimento* notamos, de modo claro, a importância teórica e empírica da obra e, ao mesmo tempo, o cuidado em articular simultaneamente interesses científicos e pedagógicos criativos. Fernando Bessa Ribeiro, num espírito intelectual mais marxiano do que marxista, interpela/contesta a polissemia do conceito de desenvolvimento não deixando de considerar o mundo concreto empírico da economia mundo capitalista, evidenciando o desenvolvimento em ação e seus inerentes resultados assimétricos – por exemplo, a objetivação das ciências em novas forças produtivas e o desemprego estrutural, as desigualdade geopolíticas do mundo, as desigualdades sociais, a exclusão, a pobreza, a concentração de riqueza, o rentismo, etc.

Fernando Bessa Ribeiro, no capítulo 2, *O desenvolvimento como campo de confronto teórico*, ao discutir o desenvolvimento como campo de confronto teórico, procura fazê-lo analogamente a um artesanato intelectual. Parte inicialmente do debate clássico referencial – liberalismo, marxismo, keynesianismo, institucionalismo, territorialismo, etc. – evidenciando, argumentos, trajetões e confrontos, para usar as expressões do próprio autor. A seguir, passa da modernização ao neoliberalismo, onde o desenvolvimento assenta-se fundamentalmente no espaço da sociabilidade burguesa do mercado. Posteriormente, chega às abordagens críticas, ancoradas nas teorias da dependência e do desenvolvimento desigual (e combinado) do capitalismo, onde as diferentes economias do mundo estão e parecem destinadas inexoravelmente a serem integradas no sistema-mundo da sociedade globalizada.

Fazendo meticulosa exegese teórica das raízes sociais do pensamento econômico, Fernando Bessa Ribeiro evidencia a força da “mão invisível” do mercado, espaço fundamental da sociabilidade burguesa, elaborada por Adam Smith, noção ainda hoje presente no mundo, com “novas” cores, não deixando de ponderar como a “fé militante” do *laissez-faire* será contornada por John Maynard Keynes que, sem visar à construção de uma sociedade de economia planejada – “sociedade socialista” –, proporrá a intervenção do Estado no mundo vivo da economia, através do investimento público, sem questionar, contudo, a natureza socioeconômica da posse privada de meios de produção e os fundamentos últimos do livre comércio, sendo assim, em última instância, decisivo esforço intelectual na busca da “solução” de uma das primeiras crises estruturais do capitalismo ocorrida em 1929.

Fernando Bessa Ribeiro problematiza, com agudo senso crítico, a frondosa e complexa árvore intelectual do marxismo partindo da ideia de que se o desenvolvimento no liberalismo articula a obsessão do crescimento econômico com a modernização, para os teóricos marxistas, de modo geral, contrariamente, esse binômio exprime exatamente a miséria intelectual da compreensão efetiva do mundo socioeconômico, pois o crescimento econômico levado a cabo, a cada momento histórico, em grande parte pela modernização das forças produtivas, que acelera ainda mais a acumulação de capital através da sua valorização exponencial, engendra dialeticamente contingentes significativos de homens e mulheres, cada vez mais pobres material/simbolicamente, em razão do desemprego estrutural que, certamente, no interior dessa ordem, não terão emprego e/ou trabalho formais.

Outra reflexão importante feita pelo autor diz respeito à perspectiva institucionalista, ângulo de abordagem antitético às teorias clássicas (não admitindo, nesse contexto, portanto, o mercado como espaço autorregulado das trocas mercantis), onde procura explicitar a dimensão factual do ser humano ser um indivíduo social – dimensão extremamente relevante nesse prisma econômico que reivindica outras áreas de conhecimento em sua compreensão (por exemplo, a sociologia e a antropologia) – o que exige compreender que o sentido da conduta humana não se guia, necessariamente, pela lógica férrea passível de ser mensurada em termos estritamente quantificáveis, logo, é entendida baseada em outros valores, para além dos materiais, e os respectivos contextos sociais nos quais inserem e agem os sujeitos sociais. Pode-se afirmar, parafraseando Fernando Bessa Ribeiro, que as correntes keynesiana, institucional e territorialista assumem uma abordagem que não implica a ruptura com a ótica clássica, antes propõem uma intervenção do Estado tendo em vista regular possíveis desvios do mercado, jamais questionando os fundamentos últimos da natureza assimétrica da produção/reprodução material e simbólica do capitalismo, ainda que procurando expurgar de suas entranhas, tanto quanto possível, as externalidades negativas, conservando o mercado como a forma de organização socioeconômica ideal da contemporaneidade.

No próximo passo de sua exposição, o autor faz um balanço teórico daquilo que, na falta de melhor expressão, podemos nomear de a “ressurreição” do liberalismo, desconstruindo a meta-narrativa hegemônica que relaciona naturalmente, sem aspás, modernização, progresso e neoliberalismo com a ideia estruturante infalível do pensamento único do mundo ocidental. A ideia de modernização, que guarda sintonia direta com a de progresso, relaciona-se com a concepção fundante de que o modo capitalista de produção carrega no seu DNA, desde seu nascimento, a capacidade de revolucionar constantemente as forças produtivas – o que não deixa de ser real pelo inequívoco fato disso implicar na sua própria capacidade de sobreviver, como modo de produzir/reproduzir suas condições de vida – e, em razão disso, “melhorar” a humanidade. Ora, as evidências históricas indicam cabalmente que desde a Revolução Francesa, marco decisivo da tomada

e consolidação do poder político da burguesia como classe social revolucionária naquele momento, a liberdade, a igualdade e a fraternidade nunca se realizaram como valores universais, e não há indicação alguma de que venham a se efetivar no âmbito do atual processo civilizatório. Uma das razões da não realização da liberdade, da igualdade e da fraternidade – principalmente, embora não exclusivamente, da igualdade – relaciona-se diretamente com a compreensão metafísica dos neoliberais que crêem – baseados num fundamentalismo quase religioso – que as forças de mercado engendrarão a igualdade entre os homens, aliás, realidade socioeconômica e político/cultural negada incisivamente pelas evidências do mundo vivido para a grande maioria dos habitantes da Terra. A propósito, como sustenta Ianni (1995), são as grandes corporações nacionais e multinacionais – e não o mercado metafísico dos neoliberais – que controlam o que, como e a quantidade que se deve produzir no mundo contemporâneo visando à valorização do capital.

Fernando Bessa Ribeiro aciona, num jogo dialético, as teorias da dependência e as de centro-periferia, elaboradas por um conjunto diverso de cientistas sociais – Celso Furtado (1959, 1961, 1964 e 1976), André Gunder Frank (1976 e 1979), Ruy Mauro Marini (1973), Theotônio dos Santos (1978 e 1997), Fernando H. Cardoso (1970, 1971 e 1974), Immanuel Wallerstein (1974, 1995 e 1998), Paul Baran e Paul M. Sweezy (1966) –, muito deles politicamente enraizados nos países do Hemisfério Sul (principalmente na América Latina), na busca da compreensão do desenvolvimento desigual e combinado da odisséia capitalista objetivando consolidar-se ainda mais como um sistema mundial produtor de mercadorias. O arsenal teórico e as evidências empíricas – por exemplo, quadros 1 (p. 59) e 2 (p. 206) e as figuras 1 (p. 61) e 2 (p. 63) – tomadas como referência buscam entender, entre outras coisas, as causas socioeconômicas e políticas assimétricas do desenvolvimento do capitalismo, em escala planetária, que subordinam os países pobres aos países ricos condicionando-os reciprocamente na produção material/simbólica e beneficiando, sempre, os países centrais em desvantagens dos periféricos, respaldados por uma ideologia evolucionista do desenvolvimento que alimenta o entendimento de que os países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento somente alcançarão os desenvolvidos se, e somente se, disporem a cumprir mimeticamente as mesmas etapas pelas quais passaram os chamados países desenvolvidos.

Uma sociologia do desenvolvimento alcança momento crucial analítico no terceiro capítulo, *Outros caminhos da teoria: do desenvolvimento sustentável ao decrescimento?* Aqui, o autor retoma a questão que julgo ser central no devir de sua exposição e que pode ser traduzida na seguinte indagação: a obra, em seus argumentos cruciais, propõe uma sociologia do desenvolvimento dentro ou fora da ordem sistêmica do modo de produção capitalista como processo civilizacional? Fernando Bessa Ribeiro, na seção “Outros caminhos da teoria: do desenvolvimento sustentável ao decrescimento”, começa a elaborar uma reflexão analiticamente densa levando em consideração dois outros conceitos incontornáveis

na problematização contemporânea do tema – desenvolvimento sustentável³ e decrescimento.

A primeira questão é a de que todas as tradições intelectuais que problematizaram sobre o que é, ou deveria ser, o desenvolvimento – com exceção do pensamento marxiano e/ou marxista – o fizeram apoiado na pedra angular de que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, logo, numa ótica que privilegia a dimensão quantitativa do desenvolvimento, o que guarda relação direta e/ou indireta com o processo de valorização do capital – a acumulação de capital – pois, como costumava argumentar Marx, ironicamente, o capital, do ponto de vista de sua origem tem pátria, sim, mas no prisma de sua valorização, sempre foi e continua a ser, hoje mais do que nunca, apátrida, apropriando-se dos recursos naturais pelos quatro cantos da Terra, sem se preocupar, por exemplo, com as formas de vida dos povos nativos e/ou originários.

Nesse contexto, Fernando Bessa Ribeiro argumenta que o conceito de desenvolvimento, articulado ao adjetivo sustentável, imprimirá a esse conceito um conjunto de outras determinações que o recomporá não só semântica como analiticamente. Um primeiro aspecto a ser levado em conta – aspecto absolutamente crucial diante da marcha do atual processo civilizacional – é de que a Terra, o único “armazém” de recursos naturais que possuímos (por ora não temos outro), é finita, e, como tal, não pode continuar a ser apropriada pela racionalidade irracional econômica do capital que a trata como sendo portadora de recursos naturais infinitos – o que nunca foi e, hoje, definitivamente não o é.⁴ Um segundo aspecto, não menos importante a ser igualmente apreciado é o de que a Terra não pode ser

3 O conceito de ecodesenvolvimento foi introduzido por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo (1972), e largamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974. Embora tenha sido originalmente pensado como um conceito alternativo ao conceito de desenvolvimento, elabora-se, a partir dos anos de 1980, hegemonicamente, no devir dos grandes encontros internacionais – verdadeiro “campo científico” predominado pela “economia política” – o conceito de desenvolvimento sustentável. Sua origem, desenvolvimento e formação possui uma pequena história: em 1971 temos o Encontro de Founex, na Suíça; a seguir, em 1972, Dennis Meadows e sua equipe escrevem *Os Limites do Crescimento* para o chamado Clube de Roma; no mesmo ano, tem-se a Conferência de Estocolmo; a Declaração de Cocoyok aparece em 1974; em 1975 surge o Relatório de Dag/Hammar skjöld; no ano de 1987, surge o Relatório de Brundtland (*Nosso Futuro Comum*); em 1992 acontece a Rio/92; dez anos depois, em 2002, as Nações Unidas realizaram a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (também conhecida como Rio+10), em Joanesburgo, na África do Sul etc. Como pondera Montibeller-Filho (2008), “foi na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, da IUCN (Ottawa/Canadá, 1986), que o conceito de desenvolvimento sustentável e equitativo foi colocado como um novo paradigma, tendo como princípios: “integrar conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir equidade e justiça social; buscar a autodeterminação social e da diversidade cultural; e, manter a integridade ecológica” (p.135). Embora o conceito de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável sejam conceitos relativamente próximos, na verdade, possuem diferenças: a mais importante, talvez, seja aquela em que o ecodesenvolvimento nos remete à compreensão das necessidades fundamentais da população, considerando as singularidades das ecorregiões, por meio de ecotecnologias vinculadas à vocação dos recursos naturais disponíveis, partindo da realidade “simples” das pessoas, enquanto o desenvolvimento sustentável volta-se mais abstratamente para políticas ambientais mais abrangentes relacionadas com as questões macroeconômicas e globais.

4 Segundo Leff (2004), “[...] Nicholas Georgescu-Roegen (1971) foi quem desvelou a íntima relação entre economia e natureza, ao definir a relação fundamental que há entre o processo econômico e a segunda lei da termodinâmica. A entropia surge, assim, como um lei-limite que a natureza impõe à expansão do processo

mais compreendida, em razão dos novos e sólidos conhecimentos biológicos e ecológicos que dela possuímos, como um planeta homogêneo, quer na sua composição geológica epidérmica, quer nas riquezas dos mais diferentes ecossistemas que a compõe – a Terra é hoje conhecida e reconhecida como um verdadeiro macrossistema vivo, que depende da energia do sistema solar e, portanto, possui seu próprio tempo de produção/reprodução da natureza, dos recursos naturais, que armazena em razão de sua “história” natural – hipótese Gaia, elaborada por James Lovelock (2014), fortalecida por Lynn Margulis (2014).⁵ Assim, diante dos limites naturais produtivos da Gaia e frente ao ritmo frenético compulsivo da busca desesperada por recursos naturais visando à produção de valores de uso, valores de troca e, por fim, a própria troca, realizando a mais-valia na esfera da circulação, impõe-se a tese do decrescimento que passa a exigir transformações de antigos *habitus*, nos mais diferentes campos da produção/reprodução da vida econômica, social e cultural, exigindo novas formas e modos de vida onde seja possível a coexistência dos homens com novas formas de apropriação dos recursos do planeta, reconhecendo seus intransponíveis limites ecológicos.

Em razão da profunda resignificação pela qual o conceito de desenvolvimento deverá passar, face aos dilemas impostos pelo atual processo civilizacional, devemos entender desenvolvimento sustentável e decrescimento como duas dimensões relacionais, o que não tem como ser pensado sem três outros conceitos igualmente associados - ecorregião, ecotecnologia e ecodesenvolvimento. Prefiro, no contexto agitado dessa discussão, ecodesenvolvimento por ser conceito que revela, na raiz, os dilemas contemporâneos do desenvolvimento, do que o desenvolvimento sustentável, conceito extremamente institucionalizado e, de certo modo, vazio de sentido.⁶ Essa compreensão requer que façamos o impostergável

econômico. Dessa maneira, desvela a última causa da insustentabilidade da racionalidade econômica que emerge da falha constitutiva da ciência econômica [...]’.

5 Em contexto similar, porém, numa perspectiva filosófica, Michel Serres (1990), escreveu “O contrato natural”. Nessa obra, alusão direta e/ou indireta a “O Contrato Social” de J.J. Rousseau, Michel Serres exige a inserção da natureza no pacto social elaborado socialmente pelos homens, como elemento vital da vida humana na Terra... noutras palavras, propõe incisamente que a natureza seja pensada e reconhecida como um “sujeito” portador de direitos.

6 Para Sachs (*apud* Montibeller-Filho 2008:132-133), quando consideramos um país e/ou uma região (ou ecorregião), ecodesenvolvimento significa o “desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder a problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio. Há [nele] uma posição ética fundamental: o desenvolvimento voltado para as necessidades sociais mais abrangentes, que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida da maior parte da população, e o cuidado com a [conservação] ambiental como uma responsabilidade para com as gerações que sucederão: trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver. O ecodesenvolvimento pressupõe, então, uma solidariedade sincrônica com a geração atual, na medida em que desloca a lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da maioria da população; e uma solidariedade diacrônica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir às gerações futuras as possibilidades de desenvolvimento. Trata-se, portanto, o ecodesenvolvimento, de um projeto de civilização, na medida em que evoca um novo estilo de vida, conjunto de valores próprios, um conjunto de objetivos escolhidos socialmente e visão de futuro. A partir dessa concepção, o autor propõe o que chama de as cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento – a sustentabilidade econômica, social, ecológica, espacial e cultural”.

questionamento: o que podemos esperar do atual processo civilizacional – no qual estamos imersos profundamente como sujeitos ativos e/ou inativos – que tem como motivo condutor a concepção de desenvolvimento sedimentada no crescimento econômico? A resposta, aparentemente simples, tem desdobramentos complexos, o que demanda, novamente, o retorno à economia política no espírito marxiano: a degradação dos recursos naturais da Terra causa de modo irreversível o fim da experiência humana no mundo e, com isso, obviamente, não teríamos mais dilema algum! Cabe aqui reafirmar aquilo que considero o nó da questão: a degradação ambiental não é a degradação do ambiente, do ambiente como algo em si, como se tem argumentado, mas uma degradação da razão, uma degradação da razão desdobrada numa racionalidade hegemônica que impulsiona compulsivamente o atual processo civilizacional, na busca incansável de mais e mais recursos naturais, como se eles fossem infinitos, mas que pelo fato de não serem todos nós – claro, principalmente aqueles que tem consciência de sua finitude e, portanto, das possibilidades da vida na Terra –, devemos passar a ser seus “guardiões”.

A tese do decrescimento exige, portanto, uma outra concepção do desenvolvimento, ou seja, a metamorfose da concepção quantitativa do desenvolvimento para compreensão qualitativa. Na perspectiva quantitativa do desenvolvimento, cultuada pelo liberalismo, neoliberalismo e seus congêneres, a produção/consumo são pares dialéticos do crescimento pelo crescimento, tendo em vista sempre e mais a acumulação para os sujeitos sociais proprietários do capital. Na visão qualitativa do desenvolvimento tem-se outra compreensão teórica do que venha ser o desenvolvimento... Nessa ótica, outras práticas sociais realizam o desenvolvimento combinando, no âmago da ordem vigente, mudanças de *habitus*, com transformações estruturais visando à construção de uma sociedade alternativa, instituída de sujeitos sociais com novos *habitus*, onde, nesse novo contexto, os valores de uso a serem consumidos relacionam-se, efetivamente, com aquilo que é fundamental numa sociedade da convivialidade, como sustentou Ivan Illich (1975).

No âmago do atual processo civilizatório, numa visão dentro da ordem, devemos lutar contra a concepção homogênea e universalista do desenvolvimento levado a cabo pelo sistema capitalista, fincado na compulsão do crescimento, valorizando a singularidade de cada ecorregião onde se deseja o desenvolvimento. No bioma amazônico, por exemplo, bioma absolutamente distinto do cerrado no Brasil, há uma relação intrinsecamente simbiótica entre floresta e solo. Todo e qualquer projeto de desenvolvimento na floresta tropical amazônica deve respeitar essa relação simbiótica, pois, com o desmatamento, o homem perderá simultaneamente a riqueza incalculável da biodiversidade contida na floresta e, ao mesmo tempo, o potencial produtivo do próprio solo que, rapidamente, se desertificará. Assim, do ponto de vista da economia política, ainda dentro da ordem, é certamente mais correto você propor um projeto de desenvolvimento que valorize os componentes abióticos e bióticos da floresta tropical amazônica do que, por

exemplo, derrubar a floresta para praticar a criação de gado. Além disso, ao não derrubar a floresta preservam-se os rios e, com sua preservação, a alta densidade e diversidade dos estoques de recursos ictiofaunísticos que a natureza produz, “naturalmente”, sem nada cobrar do homem, aliás, uma das mais ricas proteínas para o consumo humano – seja para os homens da própria ecorregião, seja para outros homens numa escala nacional e/ou internacional. Tal projeto de desenvolvimento pressupõe, obviamente, o macromanejo das bacias hidrográficas, com o uso de ferramentas de georreferenciamento, via satélite – no caso, ecotecnologias – auxiliado pelo etnoconhecimento das populações que moram, trabalham e vivem ancestralmente nas mais diferentes calhas dos rios amazônicos. A articulação do conhecimento científico com o etnoconhecimento, poderia, nesse exemplo, ainda que dentro da ordem, criar um horizonte de desenvolvimento onde a dimensão quantitativa do desenvolvimento estaria subordinada à sua dimensão qualitativa -- isso porque estaríamos compreendendo e respeitando o tempo de produção da natureza, mediado por outra racionalidade⁷, baseado noutras formas de apropriação dos recursos naturais -- conforme sugere, de modo agudo, Enrique Leff (2004), em seu livro *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*.

Do ponto de vista de *Uma sociologia do desenvolvimento*, que tem como objetivo a possibilidade de uma transformação fora da ordem, ou seja, de superação do capitalismo como um tipo histórico de sociedade, devemos continuar a lutar na direção de um projeto socialista⁸, respaldado por uma leitura atenta de Marx e Engels, refinado por um marxismo dialético, onde toda ortodoxia resume-se só e exclusivamente à questão de método, conforme argumentava George Lukács (1985). Noutras palavras, devemos lutar por uma sociedade socialista autogestivadora, atravessada por democracia de alta intensidade onde o conceito de desenvolvimento estruturante deverá ser o ecodesenvolvimento, respeitando sempre e necessariamente a relação intrínseca entre sociodiversidade e biodiversidade do/no mundo. Ecodesenvolvimento porque os moradores da Terra e a própria Terra não suportam mais a racionalidade econômica ocidental hegemônica – que se tornou, na verdade, um profundo e enraizado juízo de valor sobre o que deve ou não

7 Boaventura de Sousa Santos (2004), ao propor a *Sociologia das Ausências e das Emergências*, reflete que a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante e que essa riqueza social está sendo desperdiçada. Contrapondo-se a essa racionalidade hegemônica, a qual chama de razão indolente, o autor propõe uma investigação que visa a demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente. Nessa análise, propõe transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar as ausências em presenças. Combater esse desperdício, fruto da supremacia da racionalidade ocidental, designada de razão indolente, exige um novo modelo de racionalidade diferente: a razão cosmopolita.

8 Marx e Engels, nos seus mais diferentes escritos, sempre compreenderam o socialismo como um momento de transição da sociedade capitalista para a sociedade comunista. Em *A Ideologia Alemã: Feurbach* (1989), obra escrita a quatro mãos, são enfáticos, com relação ao que seria o comunismo: “Para nós, o comunismo não é um estado que deva ser implantado, nem um ideal a que a realidade deva obedecer. Chamamos comunismo ao movimento real que acaba com o atual estado de coisas. As condições deste movimento resultam das premissas atualmente existentes. Para o materialista prático, ou seja, para o comunista, é mister revolucionar o mundo existente, atacar e transformar praticamente o estado de coisas que encontra” (p. 20).

ser desenvolvimento -- centrada no falso pressuposto da infinitude dos recursos naturais da Gaia, que, como sabemos, em razão dos conhecimentos consolidados, são finitos. À essa racionalidade – hoje, reconhecidamente irracional por um conjunto significativo de intelectuais vinculados a uma sociologia crítica do desenvolvimento – impõe-se a construção social de outra racionalidade -- a racionalidade ambiental – fundada numa produtividade ecotecnológica que critica, nega e supera a racionalidade tecnológica alicerçada no cálculo econômico, configurada na e pela razão teórica e instrumental⁹, que alimenta o sistema nervoso central do capitalismo, como sistema-mundo produtor de mercadorias, calcado e orientado pelos princípios da eficiência e produtividade imediatas, objetivando sempre o lucro, que não pondera e nem tem como ponderar, face à visão de mundo que sempre representou e continua a representar, a esperança de desenvolvimento inclusivo a todos que moram, trabalham e vivem na Terra.

A racionalidade ambiental – racionalidade ambiental necessária – assim pensada, funda-se, pois, em novos princípios materiais e axiológicos da vida e se organiza numa constelação de novos fundamentos que sustentam a formação de uma “outra razão”... Essa “outra razão”, razão socialmente em construção, critica e refuta profundamente a racionalidade capitalista (dominada por uma racionalidade teórica e instrumental preocupada exclusivamente com a acumulação de capital) e, ao mesmo tempo, afirma a origem e formação da racionalidade ambiental, alicerçada noutra racionalidade teórica, articulada à racionalidade substantiva, que inclui, e não pode deixar de incluir os valores da diversidade étnica e cultural e a prevalência da dimensão qualitativa do desenvolvimento em detrimento da sua dimensão quantitativa. Esses valores tecem novos princípios materiais da produção material/simbólica da vida, buscam novos potenciais ecoprodutivos para sustentar um desenvolvimento alternativo, e acreditam em uma ecoprodutividade onde seres humanos e não humanos – abióticos e/ou bióticos – passam a ser reconhecidos com “estatuto ontológico” semelhante. A instiuição de uma nova racionalidade ambiental – que deverá abrigar no seu âmago novas concepções econômicas, sociais, políticas e culturais (respeitando sempre a biossociodiversidade planetária) – dependerá da vontade coletiva organizada dos homens interessados em promover as novas formas de gestão da vida na Terra, ainda que para isso seja preciso transformar radicalmente as condições humanas de vida atuais numa sociedade

9 Leff (2004), seguindo as originais reflexões de Max Weber acerca dos diferentes tipos de racionalidades, proporá uma atualização conceitual que se objetiva naquilo que ele nomeou de racionalidade ambiental. Seguindo o rastro teórico deixado por Weber, fundado na ação social dos sujeitos carregada de sentido, Leff enfatiza a ideia de racionalidade substantiva. Se o capitalismo edifica-se fundamentalmente na racionalidade formal e instrumental, a racionalidade ambiental, ao contrário, fundar-se-ia principalmente nos princípios de racionalidade teórica e substantiva, o que implicaria numa postura de defesa dos valores da diversidade étnico/cultural e, conseqüentemente, na primazia da compreensão qualitativa do desenvolvimento sobre o entendo quantitativo baseado na tese do crescimento.

onde os homens possam fazer amor pela manhã, filosofar à tarde, e caçar à noite, como melhor lhe aprouver¹⁰.

No capítulo final de *Uma sociologia do desenvolvimento, Um mundo em transformação? globalização, crise, um país e a recomposição do mundo*, Fernando Bessa Ribeiro retoma a odisséia teórico/empírica do desenvolvimento procurando pensá-lo no contexto macroeconômico e sociopolítico da recomposição do mundo, no âmbito da globalização, não deixando de assinalar, como observa lucidamente Eduardo Galeano, em *As Veias Abertas da América Latina*, que nossa viagem na morada do ser, na morada de todos os seres – o planeta Terra –, tem sido, pelo menos até agora, “uma viagem com mais naufragos que navegantes”.¹¹ Aqui se impõe duas indagações que delas não podemos fugir: (i) como continuar nossa viagem, na Terra, onde seus habitantes tenham os mesmos direitos de nela morar, trabalhar e viver, com dignidade, diante de tantas assimétricas desigualdades? (ii) Como sugere o título e subtítulo desse capítulo, como se relaciona a recomposição do mundo, mediado pela efetividade de uma globalização em crise, na direção de um mundo mais simétrico do ponto de vista das igualdades sociais para a imensa maioria dos habitantes da Terra?

Para responder tais indagações, Fernando Bessa Ribeiro começa por apresentar argumentos e contra-argumentos críticos sobre os devires da globalização no mundo contemporâneo, considerando sua gênese e formação, primeiramente por não haver consenso sobre o assunto e, depois, porque da compreensão de sua origem/formação desdobra-se o entendimento do venha ser ela contemporaneamente. Para além das controvérsias inerentes à globalização, como fenômeno que ainda exigirá muita reflexão, em razão de suas dinâmicas diacrônicas e sincrônicas, não podemos negar que ela se configurou no mundo atual como realidade socioeconômica com dimensões políticas, culturais e imagéticas que se (re) configuram dialeticamente¹².

10 Marx e Engels estão preocupados, em suas obras individuais e/ou coletivas, em compreender/transformar o mundo, o que evidencia a inegociável importância da filosofia da práxis como visão social de mundo. Ainda assim, os autores de *A Ideologia Alemã: Feurbach* (1989) não deixam de apontar aquilo que consideram os traços configurativos de uma futura sociedade verdadeiramente comunista: “Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividade exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isto a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico. Esta fixação da atividade social, esta petrificação do nosso próprio trabalho num poder objetivo que nos domina e escapa ao nosso controle contrariando a nossa expectativa e destruindo os nossos cálculos, é um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico até aos nossos dias” (p.19).

11 Lembro-me aqui de uma passagem enigmática de Karl Marx (1982): “[...] Um negro é um negro; somente dentro de certas circunstâncias históricas torna-se um escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Apenas em determinadas relações ela se torna capital. Arrancadas a estas relações, ela é tão pouco capital como o ouro em si e para si é *dinheiro*, ou como o açúcar é o preço do açúcar [...]”.

12 Na segunda seção desse capítulo, “Uma sociedade na periferia europeia: constrangimentos, crise e perspectivas em Portugal”, Fernando Bessa Ribeiro procura evidenciar histórica e sociologicamente a origem e a formação social de Portugal, não deixando de marcar que “enquanto objeto sociológico e político, a sociedade portuguesa suscita leituras plurais e, não raro, antagônicas [...]”. “[...] Como analisar um país muito desigual, com a pobreza atingindo uma parte muito significativa da população” (p. 170) é a pergunta de

Se tivéssemos que fazer uma “redução sociológica” temática aos elementos estruturantes desse capítulo, ao considerá-lo como um todo, não teríamos dúvida alguma em afirmar que o que alimenta compulsivamente a globalização – globalização como processo econômico, social, político, cultural, imagético etc. – é a dialética capital/trabalho. Se, hipoteticamente, eliminássemos a dialética capital/trabalho, o mundo da globalização ruiria...

Essa dialética, contudo, não é eliminável, pois é graças a ela que a globalização se universalizou e se universaliza cada vez mais, articulando funcionalmente os mundos locais, regionais e nacionais à sua compulsão voraz por recursos naturais e sobretrabalho visando à acumulação. A relação dialética capital/trabalho estruturou e tem estruturado, hoje como ontem, apesar da proeminência da mais-valia relativa em detrimento da mais-valia absoluta¹³, por causa do radical desenvolvimento das forças produtivas, a motivação central do processo de valorização do capital, nos quatro cantos do mundo, cultivando o mercado como espaço da socialização burguesa – trata-se aqui, obviamente, da burguesia industrial, agrária e financeira – através do culto fundamentalista neoliberal, ainda que o Estado, como condensação de forças politicamente organizadas¹⁴, e as grandes corporações nacionais e multinacionais articulem os agires interessados das diversas frações produtivas do capital a acumular, acumular, acumular! Contudo, como argumenta Fernando Bessa Ribeiro, os devires da globalização na Europa, assim como em outros lugares do mundo, são atravessados por crises conjunturais

partida que o autor elabora para problematizar os entraves, as sujeições e os possíveis futuros da sociedade portuguesa face sua controvertida inserção na Comunidade Europeia no âmbito da globalização. Não teceremos considerações sobre essa seção em razão da pertinência dos outros aspectos tratados no capítulo pelo autor.

13 A extração da mais-valia relativa e absoluta tem que ser relativizada quando consideramos a divisão social local, regional, nacional e internacional do mundo do trabalho na civilização capitalista assimetricamente configurada. Há espaços geopolíticos onde predomina a extração da mais-valia relativa – por exemplo, nas fábricas de automóveis da Honda (onde o trabalho morto suplanta o trabalho vivo) – quando comparada com a extração da mais-valia absoluta – como ocorreu densamente no período da economia da borracha, no chamado esforço de guerra, na Segunda Guerra Mundial, onde o trabalho extrativo do seringueiro (os soldados da borracha) do látex, no meio da densa floresta tropical ocorria com seus parcos e poucos instrumentos de trabalho através da “servidão forçada” de nordestinos, por falta de outras alternativas de trabalho. Em certos espaços da produção e reprodução social do capital, claro, é possível utilizar simultaneamente das duas formas de exploração da mais-valia – a superexploração da mais-valia – tal como ocorreu, graças ao estado de exceção, no começo da década de 1970, no ápice do Regime Militar, no Brasil, conhecido como o “Milagre Brasileiro”.

14 O Estado e sua configuração como poder estatal deve ser compreendido, sempre, sociopolítica e historicamente. O Estado, para Nicos Poulantzas (1985), por exemplo, deve ser compreendido abstratamente como a “condensação de forças politicamente organizadas”. Uma das grandes preocupações de Antonio Gramsci (1988), autor no qual Poulantzas inspirou-se, foi com a definição de Estado. Nesta definição, em sentido amplo, o Estado comporta duas esferas fundamentais: a sociedade civil aparece como “o conjunto de organismos chamados ‘privados’ [sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação de massa etc.] e que corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade”; a sociedade política indica “o conjunto de aparelhos de coerção estatal [que] assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos [como se sabe, por debaixo da perífrase grupo social com função no mundo da produção está o conceito de classe social] que não consentem nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (pp. 10-11).

e estruturais onde o mundo do trabalho - ou, os mundos do trabalho¹⁵ – desempenha, em última instância, função estruturante no mundo da vida e no mundo sistêmico do capitalismo como processo civilizatório. Nesse exato contexto, o autor assinala algo extremamente relevante: “as conquistas sociais dos últimos 150 anos, muitas arrancadas a ferro e fogo pelo movimento operário e seus partidos progressistas, parecem ameaçadas” (p. 150). Estão seriamente ameaçadas e estarão mais ainda ameaçadas se não houver uma reação politicamente organizada do movimento operário e/ou trabalhadores, movimentos sociais¹⁶, novos partidos políticos de esquerda como novas utopias civilizacionais etc., objetivando a transformação radical do mundo capitalista na direção de uma sociedade ecossocialista. Do ponto de vista do trabalhador, não há como esperar a superação da crise, pelo contrário, ela tenderá a se agravar. As elites econômicas e políticas nacionais e internacionais, de modo mais ou menos articuladas, estão preocupadas em reduzir os direitos dos trabalhadores duramente conquistados, tanto nos países centrais como nos periféricos, afinal, os interesses do capital sempre foram e continuam a ser apátridas! Nesse contexto, o desemprego estrutural e/ou conjuntural, levado a cabo pelas políticas neoliberais, que engendram não só desemprego como também o trabalho precarizado mundo afora, em escalas diferenciadas, o que dificulta, ainda mais, a organização sociopolítica do trabalhador e suas reivindicações. Diferentemente do servo e/ou do escravo, argumentam os neoliberais parafraseando Marx (1980), o trabalhador moderno é, no interior da sociedade capitalista, livre negativa e positivamente: negativamente porque não possui a propriedade da terra, de fato, como o servo a possuía, os instrumentos de trabalho etc; livre positivamente porque é proprietário da força de trabalho e dela se dispõe (formal e juridicamente) como melhor lhe aprouver – pode vendê-la a quem lhe interessar e se lhe interessar! Azar o deles! Mais, ainda, com o desmonte das leis trabalhistas executados pelos

15 Entre o trabalhador que maneja forças produtivas controladas, na sua quase totalidade, pela inteligência artificial, nas fábricas inteligentes, no âmbito da economia 4.0 (para quem e/ou além do fordismo, toyotismo, toyotismo e/ou outras formas de gerência científica do mundo do trabalho), e o trabalho polivalente (ou pluriativo) desempenhado pelo camponês varzeano amazônico, na floresta tropical, há um gradiente praticamente infinito de mundos do trabalho que articula as economias dos “países centrais” aos “países dependentes e/ou periféricos” – de acordo com a teoria e/ou nomenclatura utilizada pelo pesquisador –, todas elas preocupadas com a reprodução ampliada do capital, sempre acionando o Estado, quando necessário, para que não se comprometa a reprodução.

16 Alain Touraine (1999), por exemplo, no intuito de superar tanto o liberalismo, com seu individualismo, com o socialismo marxista, com seu coletivismo, conceberá os movimentos sociais como o sujeito social coletivo central na dinâmica estruturante da vida social. Os movimentos sociais dotam os homens de um ethos que dispensaria partidos, parlamentos e a própria revolução. Os homens, no âmbito dos movimentos sociais, tal como pensado por Alain Touraine, seriam a própria motivação central da política... Embora não concordemos inteiramente com Alain Touraine, não se pode negar que na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular os movimentos sociais tem enorme importância para as novas utopias – por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Enrique Leff (2004), no livro *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*, capítulo 9, O movimento ambiental pela reapropriação social da natureza: seringueiros, zapatistas, afro-descendente e povos indígenas na América Latina, desenvolve reflexão acerca da importância que têm os movimentos sociais no âmbito da construção social da racionalidade ambiental em alguns lugares do mundo, entre eles a Amazônia.

proprietários do capital, que utilizam o Estado em benefício próprio¹⁷ – através e por meio do poder executivo, judiciário e parlamentar –, ainda que defendam no âmbito da esfera pública a sua não intervenção na economia, usam e abusam, como sempre fizeram, do desmonte das leis trabalhistas e do próprio Estado a favor do seu projeto político de classe: “[...] Todas as políticas implementadas pela Comissão Europeia e pelos Estados membros [...] orientaram-se ostensivamente para a implementação de uma agenda neoliberal baseada na promoção da competitividade e da subordinação da sociedade aos interesses das empresas. Daí a crescente discrepância entre a chamada ‘Europa social’ e uma realidade socioeconômica marcada por opções neoliberais que colocam a [União Europeia] perante a censura e a descrença crescente dos cidadãos que, a não ser revertida, terminará numa crise severa de legitimidade [...]” (Ribeiro, 2018: 156-7)¹⁸.

Diante do exposto, indaga-se: será a configuração multipolar do poder, na recomposição social do mundo, delineadas assimetricamente por nações/estado, entre norte e sul, leste e oeste, a alternativa histórica posta inexoravelmente aos habitantes do mundo face à globalização? Antes de mais nada devemos salientar que um dos aspectos cruciais da globalização contemporânea é, sem dúvida, a articulação política, quase simbiótica, entre universo econômico e o universo cultural. Nos devires atuais da globalização mundo afora, “a cultura se torna decididamente econômica, e esse tipo especial de economia claramente define uma agenda política, ditando formas de ação política” (Jameson 2002: 24) – numa espécie particular de imperialismo – o imperialismo cultural. No Brasil, por exemplo, a Rede Globo de Televisão, verdadeira indústria cultural, que nasceu e se consolidou com as

17 A configuração do poder no âmbito do Estado, no Brasil, por exemplo, na atual conjuntura, passou por uma inflexão significativa com a deposição de Dilma Rousseff em 2016. Se nos dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva, assim com no primeiro governo Dilma Rousseff, havia inquestionavelmente um conjunto de preocupações com a agenda dos trabalhadores e com o mais pobres do Brasil, do Brasil profundo, com a deposição de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer, a agenda política sofreu profunda inflexão à direita, através do programa “Uma Ponte para o Futuro”, na forma a seguir: (i) Desmonte de programas sociais como os Programas Minha Casa Minha Vida, o Farmácia Popular e o Ciência sem Fronteiras; (ii) Congelamento dos investimentos públicos por 20 anos; (iii) Abertura do pré-sal aos estrangeiros (o fim à obrigatoriedade de participação da Petrobras na exploração do pré-sal e o desmonte do setor nacional de óleo e gás); (iv) Reforma do Ensino Médio; (v) Porta giratória escancarada, noutras palavras, a entrega de cargos-chave na gestão pública a figuras do setor privado com evidente conflito de interesses; (vi) Posse de Alexandre de Moraes no STF, ex-militante do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para ocupar o lugar de Teori Zavascki – que acabou morrendo num acidente de avião pouco ou nada esclarecido; (vii) Entreguismo na política externa; (viii) Política de cassa aos povos indígenas, com a destruição da FUNAI; (ix) Privatizações e desmonte dos bancos públicos; (x) Terceirização irrestrita; (xi) Projeto da Reforma Trabalhista; (xii) Projeto da Reforma da Previdência, ou seja, a destruição da previdência pública.

18 Situação que deve, a cada momento histórico, ser relativizada. M. C. Silva (2008) argumenta, por exemplo, que, “embora não seja possível afirmar que o Estado-providência compatibiliza capital e trabalho, por um lado, e capitalismo e democracia, por outro, haverá que reconhecer que os países onde esta configuração sociopolítica mais se aprofundou foram bem-sucedidos na criação de serviços públicos universais que proporcionaram um bem-estar social elevado, facilitando a inclusão social das classes sociais mais desfavorecidas. É atinente mencionar que o Estado-providência, decorrendo largamente das reivindicações das classes sociais exploradas e dominadas, exprime uma reconfiguração do aparelho estatal por parte das elites dirigentes, em especial as conservadoras, visando à integração e coesão sociais de acordo com os padrões desejados pelas classes dominantes”.

benesses do Regime Militar, instaurado a partir do Golpe de 1964, não pode ser compreendida como o “quarto poder” e/ou “poder moderador” (ao lado dos poderes executivo, legislativo e judiciário) – ela tem sido interpretada, corretamente, como o primeiro poder! Como industrial cultural, a Rede Globo de Televisão funciona, na sua dimensão infra-estrutural, como produtora de valores de uso – no caso, produtora de bens simbólicos nacionais e para o mercado externo – visando à valorização do capital, na mesma lógica das empresas tipicamente capitalistas. Contudo, na sua dimensão superestrutural – isto é, como aparelho privado de hegemonia (Gramsci, 1980) – tem como objetivo precípua a produção/reprodução da visão social de mundo hegemônica que objetiva produzir/reproduzir o consenso social, numa sociedade cindida diacrônica e sincronicamente por desigualdades estruturais, imersa, desde sua gênese, no âmago do processo da globalização, na condição de sociedade periférica. As dimensões infra-estrutural e superestrutural formam intrinsecamente uma unidade dialética que assegura a esse tipo de indústria papel chave na produção/reprodução do poder na defesa dos status quo!

Nessa altura da exposição, uma das questões centrais que se apresenta -- talvez a questão central --, é a de que o Estado, hoje, mais do que nunca, é uma realidade sociopolítica inerente e transversal ao processo universal/universalizante da globalização sem esquecer, obviamente, dos argumentos antes expostos de Ianni (1995). No contexto da mundialização da economia, o Estado continua a ser, na escala nacional, a “condensação de forças politicamente organizadas” (Poulantzas, 1985) – se, quisermos, um sujeito social coletivo com natureza e posição de classe – que institui uma teleologia consoante aos interesses das diferentes frações que compõe a burguesia como classe dominante e/ou hegemônica – claro, sempre dependendo de cada caso historicamente configurado. Não há como negar que o “Estado continua a deter um peso determinante, sendo indispensável para reforçar a autonomia nacional face às multinacionais e aos grandes interesses financeiros internacionais” (Ribeiro, 2018:221). Contudo, na geopolítica da produção/reprodução material do mundo das mercadorias, sejam elas bens para a satisfação do estômago (por exemplo, o trigo) e/ou gozo espiritual (por exemplo, a Revista Playboy)¹⁹, o Estado, por mais que defenda, na esfera pública, uma não intervenção na economia, acaba direta e/ou indiretamente, dependendo obviamente do País em questão, praticando agires interessados na valorização do capital, articulando interesses do Estado, na esfera nacional, com o interesse de outras nações,

19 O *fetichismo da mercadoria* marca indelevelmente o mundo das mercadorias pelo fato de velar as relações sociais de produção que envolvem sua produção, concedendo as elas, as mercadorias, como diria ironicamente Marx (1980), “sutilezas e manhas teológicas” como se fossem coisas sobrenaturais quando, na verdade, do começo ao fim, são socialmente produzidas. As mercadorias velam um conjunto complexo de determinações que não aparecem imediatamente aos nossos olhos – por exemplo, seu valor de uso, valor de troca, valor, se é um bem material e/ou simbólico etc; etc. Além disso, com o desenvolvimento extenso e intenso da indústria cultural – que funciona nas sociedades contemporâneas com uma verdadeira indústria de consciências – o *fetichismo da mercadoria* tornou-se um fenômeno ainda mais complexo tornando a motivação fundamental do atual processo civilizatório

que não deixam também de usar instrumentalmente o Estado, agora mais do que nunca, em razão dos interesses das classes sociais, em escala planetária, viabilizando, assim, o interesse da acumulação de capital. A união dos diversos interesses socioeconômicos e políticos das classes dominantes nacionais, quando articulados em escala planetária, faz com que a afirmação de Marx e Engels (1980), na parte final do Manifesto do Partido Comunista, tenha mais sentido hoje do que ontem: “trabalhadores de todos os países, uní-vos” é a antítese, em estado puro, materializada na necessidade histórica de organização sociopolítica dos proprietários privados da força de trabalho que, ao negar radicalmente a organização sociopolítica dos proprietários privados de capital, objetiva superar a contradição estruturante da sociedade capitalista na direção do caminho árduo da construção da sociedade ecossocialista.

Por ser universal/universalizante, os interesses das classes dominantes, dos mais diferentes países, sempre articulados na escala internacional, parecem estar alterando o equilíbrio do poder, com a perda relativa de hegemonia econômica dos EUA e, com isso, engendrando outras polaridades do poder, onde a China aparece, de modo inequívoco, como lócus de nova hegemonia. Por que a China? Primeiramente porque a China é atualmente a segunda senão a primeira potência da economia/mundo. Certamente não deve haver lugar algum na face da Terra onde não haja alguém que não possua, em suas mãos, uma mercadoria *made in China*. Contudo, é, ainda, uma hegemonia muitíssimo mais econômica do que política, ainda que toda hegemonia econômica seja atravessada e alicerçada pelas mediações da política. Na dialética da economia-mundo, no começo do século XXI, nota-se que nasce e se desenvolve uma hegemonia estruturada pela multipolaridade do poder. Se a Inglaterra manteve sua hegemonia unipolar até o fim da Segunda Guerra Mundial, perdendo-a por causa da guerra logo a seguir ao EUA, hoje, no começo do século XXI, com a perda de hegemonia relativa dos EUA (que continua a ser a maior potência militar), a tendência indica a configuração de uma multipolaridade do poder onde a tríade capitalista constituída pelos EUA, a UE e o Japão mantém grande relevância não podendo, contudo, ser desconsiderada “a criação do novo banco de desenvolvimento que consolida o bloco econômico BRICS²⁰, [reunindo] Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul” (Ribeiro 2018: 213). Além disso, mesmo pertencendo ao BRICS, “[...] a China parece ser, doravante, um

20 Segundo Ribeiro (2018:213), “a China e o Brasil estão envolvidos com a Rússia, a Índia e a África do Sul, procurando construir articulações e parcerias que permitam melhor defender os seus interesses e quebrar a hegemonia dos EUA e das instituições internacionais por eles controladas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Uma das mais recentes iniciativas do BRICS, como se denomina e é conhecido este grupo de países, foi a assinatura do acordo para a criação do Banco do Desenvolvimento, em julho de 2014, na cidade brasileira de Fortaleza, cujo controle acionista lhes pertence, em posição paritária”.

ator autônomo e estratégico que indica uma transformação estrutural do sistema mundial moderno e da sua economia-mundo capitalista” (Ribeiro, 2018: 113).

Em razão da dinâmica da nova economia-mundo, qual será o desenho geopolítico que se configurará no século XXI, diante das novas correlações de forças políticas entre as nações no mundo globalizado? Antonio Gramsci sempre foi categórico ao afirmar que em política só é possível prever o previsível. Max Weber, por outras vias, costumava afirmar que a história é, por natureza, indeterminada. Em razão da força dos dois argumentos, pretendemos, aqui, tão somente, esboçar um possível cenário.

Um primeiro aspecto a ser considerado é que a Ásia, do ponto de vista histórico, já foi o centro dinâmico da economia – não no sentido de uma economia mundial, mas no de uma economia de grande relevância num dos principais cantos do mundo. Claro, com o advento das grandes navegações – o que não deixa de ser uma das manifestações primitivas da “globalização” – essa hegemonia rapidamente se liquefez. Contudo, os devires do mar da história são agitados! Atualmente,

“se medirmos seu Produto Interno Bruto (PIB) por dólar de acordo com seu poder de compra, a China desde 2014 é a maior economia do mundo, o segundo lugar, os Estados Unidos e, em terceiro lugar, a Índia, para o Fundo Monetário Internacional (FMI). E as projeções para 2050 afirmam que a China permanecerá em primeiro lugar, a Índia em segundo lugar e os EUA em terceiro, estima-se que das dez maiores economias do mundo, sete serão economias do Sul, incluindo uma economia africana” (Bruckmann, 2018).

Portanto, se olharmos com atenção a voracidade por recursos naturais, o investimento em ciência e tecnologia e a univertização das mercadorias chinesas pelos quatro cantos da Terra, facilmente perceberemos que essa hegemonia veio para atravessar todo o século XXI, pelo menos. Entrementes, não será uma hegemonia solitária na geopolítica da produção das mercadorias... Além disso, a China não está interessada, por exemplo, em uma guerra pela apropriação dos recursos naturais, em escala planetária, como fizeram e ainda fazem os EUA - principalmente, embora não exclusivamente, pelo petróleo:

“A China representa neste momento a possibilidade de entrar em um processo de negociação de benefícios compartilhados com a América Latina [...]. A China, a maior economia em desenvolvimento do mundo, está disposta a negociar em condições de paz e benefício mútuo com os países da América Latina com as sub-regiões ou com a região como um todo [...], porque está interessada em resolver seus problemas de soberania alimentar [...]” (Bruckmann, 2018).

Nesse contexto, infelizmente a América Latina não elaborou e nem consolidou, por falta de visão estratégica, ausência de projetos nacionais e menos ainda regionais, o que acabou por lhe conferir a condição de exportador de matérias-primas sem valor agregado – “em 2004, 38% e 39% das exportações totais da América Latina para a China eram matérias primas sem valor agregado e em 2008 chegaram a 75% e 80%” (Bruckmann, 2018), condição na qual estamos imersos há mais de 500 anos – como nos lembram insistentemente os argumentos de Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina*. Na atual conjuntura econômica e política, a ausência de projetos nacionais e/ou regionais, na América Latina, tem relação direta com as mudanças nas correlações de forças do poder internas do Brasil e da Argentina, por exemplo. No caso do Brasil, a deposição da Dilma Rousseff, no seu segundo mandato, a impopularidade do governo de Michel Temer – o mesmo ocorrendo com o governo de Mauricio Magri, na Argentina²¹ – e todo o esforço da direita para impedir que Luiz Inácio Lula da Silva volte a ser presidente em 2018, são algumas das evidências da impotência política do Brasil em ser um sujeito político protagonista, pelo menos até o momento, na configuração da América Latina como um bloco econômico importante.

No início do século XXI, a expressão “socialismo ou barbárie”, articulados por uma conjunção alternativa, não são duas palavras vazias de sentido histórico e/ou duas palavras ocas de dimensões conteduais... Pelo contrário, “socialismo ou barbárie” coloca no centro do atual processo civilizatório um conjunto de dilemas, por ele mesmo criado, que precisam ser superados. Diante do fato irrefutável de que as promessas do presente processo civilizacional tenha produzido mais destroços humanos do que qualquer outra civilização anterior – noutras palavras, desigualdade e exclusão social universais –, já é razão necessária e suficiente para que construamos vontade coletiva organizada que objetive superar a barbárie na qual estamos imersos. Assim, superar a barbárie, agora e aqui, significa antes e mais do que nunca evitar que soframos uma regressão histórica de proporções incalculáveis para a vida humana e não humana na Terra.

No sentido de concluir, não podemos deixar de indicar os sugestivos e relevantes argumentos, de Manuel Carlos Silva (2018: 24, grifos meus), contidos na parte final do seu “Prefácio”, escrito para *Uma sociologia do desenvolvimento*:

21 O México, tal como o Brasil, possui um parque industrial de automóveis extremamente relevante. Ambas sociedades alimentam a “civilização do automóvel”, o que guarda relação com a “subordinação funcional” das duas economias a essa lógica da produção e reprodução desse tipo de modal de transporte na circulação das mercadorias e pessoas. Contudo, parece-me, diferentemente do Brasil, a produção de automóveis no México está (mais) diretamente relacionada com o abastecimento do mercado norte-americano. A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), por exemplo, embora tenha surgido por pressão dos EUA, no sentido de envolver todos os países da América Central e do Sul, obviamente com exceção de Cuba, acabou envolvendo muito mais o México do que os outros países, em razão, também, da criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

“Após o inestimável contributo desta obra em torno das questões sobre o desenvolvimento, talvez a sua próxima tarefa, eventualmente com outros especialistas, possa consistir em, sem deixar de aproveitar relevantes elementos dos teóricos do decrescimento e sem abandonar o princípio estratégico da socialização dos meios de produção, diferenciar propostas de desenvolvimento adequadas aos diversos grupos de países conforme as diversas situações, contextos e tipos de recursos, tendo por base o princípio da satisfação das necessidades básicas numa sociedade ‘decente’ ou de ‘não escassez’ como etapa intermédia. Porém, a eventual aproximação a este objetivo não dispensa a reflexão sobre quais os fatores e estratégias necessários à realização do desenvolvimento sustentável, tendo no horizonte as precondições de realização duma sociedade ecossocialista”.

Referências bibliográficas

- BRUCKMANN, Mônica (2018), *Em entrevista à revista La Migraña*, Opera Mundi. Acesso em 11 de junho de 2018.
- FERNANDES, Florestan (1985), Coordenador, *Lukács*, São Paulo, Ática.
- FERNANDES, Florestan (1989), *A natureza sociológica da sociologia*, São Paulo, Ática.
- GALEANO, Eduardo (2004), *As veias abertas da América Latina*, São Paulo, Paz e Terra.
- GRAMSCI, Antonio (1980), *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- IANNI, Octávio (1971), *Sociologia da sociologia da América-Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- IANNI, Octávio (1995), *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ILLICH, Ivan (1975), *La Convivialité*, Paris, Seuil.
- JAMESON, Fredric (2002), *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*, Petrópolis, Vozes.
- LEFF, Enrique (2004), *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LOVELOCK, James e Margulis, Lynn (2014), *Gaia: uma Teoria do Conhecimento*, São Paulo, Gaia Editora.
- MARX, Karl (1980), *O capital: crítica da economia política*, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MARX, Karl (1982), *Trabalho assalariado e capital*, Moscovo, Editorial “Avante”.
- MARX, Karl e ENGELS Fredrich (1989), *A Ideologia Alemã: Feurbach*, São Paulo, Hucitec.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto (2008), *O mito do desenvolvimento sustentável*, Florianópolis, UFsc.
- POULANTZAS, Nicos (1985), *O Estado, o Poder, o Socialismo*, Rio de Janeiro, Graal.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2017), *Uma sociologia do desenvolvimento*, Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) (2004), *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*, São Paulo, Cortez.
- SILVA, Manuel Carlos (2008), “Prefácio à edição portuguesa”. in Esping-Anderson (com Bruno Palier), *Três lições sobre o estado-providência*, Porto, Campo da Comunicação, 11-24.
- SILVA, Manuel Carlos, “Prefácio”. In Ribeiro, Fernando Bessa (2017), *Um sociologia do desenvolvimento*, Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- TOURAINÉ, Alain (1999), *Como sair do liberalismo*, São Paulo, EDUSC.